

1 Contexto operacional

A PBG S.A, também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de valores Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, e aditado em 04 de agosto de 2017, e que detém em 31 de dezembro de 2017, 54% das ações da sociedade. Os 46% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, com uma rede de lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; (ii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra onze lojas; (iii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iv) Companhia Brasileira de Cerâmica constituída no nordeste, e que atualmente esta sem operações; (v) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que atualmente está inativa.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

O que difere a apresentação entre controladora e consolidado é o registro da provisão para perda em investimentos, que não é requerido no IFRS.

Desta forma, o registro da equivalência patrimonial negativa, de acordo com o BR GAAP, é o motivo das demonstrações não estarem apresentadas em *dual compliance*.

As referidas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção do ativo atuarial de benefício definido que é reconhecido nas demonstrações financeiras como ativo do plano, acrescido de perdas atuariais, deduzido dos ganhos e do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme nota explicativa nº 3.17.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto a moeda funcional da controlada Portobello América, Inc. que é o dólar americano, convertido para o real na data de apresentação, conforme nota explicativa nº 3.3 b). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na nota explicativa nº 4.

e) Sistema EmpresasNet (ENET)

Cabe mencionar que no quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “EmpresasNet - ENET” da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Consolidações

3.1.1 Demonstrações Financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos

direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2017 é: Portobello América, Inc. 100%, PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda 99,94%, Portobello Shop S/A 99,90%; Mineração Portobello Ltda 99,76% e Companhia Brasileira de Cerâmica 98,00%.

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

3.1.2 Demonstrações Financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

3.2 Apresentações de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do

final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, conforme descrito na nota explicativa nº 33.

b) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

3.4 Ativos Financeiros

3.4.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem “contas a receber de clientes”, “caixa e equivalentes de caixa”, “créditos com outras pessoas ligadas”.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

ii) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos “PDD” (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e suas controladas), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos (*impairment*) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia ou suas controladas não serão capazes de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

b) Mensurado ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda de curto prazo e classificados como ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

i) Aplicações financeiras e derivativos

As aplicações financeiras estão registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual há o compromisso de compra ou venda do ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos para a Companhia; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3.5 Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

3.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

3.7 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

3.8 Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

3.9 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica “Provisão para perdas em investimentos” e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica “Resultado da equivalência patrimonial”. Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa nº 17).

3.10 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

3.11 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares, direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização, mencionadas na nota explicativa nº 19, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

A recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida é testada comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil. O procedimento é feito anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável.

3.12 *Impairment* de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

São classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

3.15 Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras, e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

3.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

3.17 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz

contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação é realizado mensalmente no passivo circulante, sob a rubrica “Outros” e na demonstração do resultado sob a rubrica “Outras despesas operacionais”. Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados e está limitado a até 20% do lucro líquido antes das despesas com participação nos resultados.

c) Incentivo de longo prazo

A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a Companhia recebe serviços dos empregados e oferece como contraprestação pagamentos em dinheiro. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca de caixa, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia (nota explicativa nº 28). O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no passivo.

3.18 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa nº 29.

3.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio transita pela demonstração de resultado.

3.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento das contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

3.21 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.22 Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a pagar a fornecedores, variação cambial de empréstimos e financiamentos, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.23 Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 01 de janeiro de 2018. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Espera-se que as seguintes normas **não** tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo no período de adoção inicial.

a) Impacto estimado da adoção do CPC 47 / IFRS 15

O CPC 47 / IFRS 15 que se refere a Receita de contrato com cliente que introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 / IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A Companhia e suas controladas são obrigadas a adotar a partir de 1º de janeiro de 2018. Baseada nas avaliações efetuadas até a data dessas demonstrações financeiras, a Administração não espera ter impacto relevante sobre o patrimônio da Companhia e suas controladas em 1 de janeiro de 2018.

A Companhia planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia e suas controladas não aplicarão os requerimentos do CPC 47 ao período comparativo apresentado.

b) Impacto estimado da adoção do CPC 48/ IFRS 9

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: Mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Administração considera que os novos requerimentos de classificação não terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos e passivos.

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

A Administração entende que o seu modelo atual para avaliação de impairment de ativos financeiros e ativos contratuais, mesmo que eventualmente leve em consideração aspectos diferentes ao do modelo proposto pelo CPC 48 / IFRS 9, é adequado para refletir perdas esperadas na realização dos seus ativos.

Dessa forma, baseada nas avaliações efetuadas até a data dessas demonstrações financeiras, a Administração não espera ter impacto relevante sobre o patrimônio da Companhia e suas controladas em 1 de janeiro de 2018.

(ii) Classificação - Passivos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Administração não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Administração não indicou impacto relevante na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

c) Normas vigentes a partir de 1º janeiro de 2019

(i) IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia está realizando uma avaliação dos impactos resultantes da aplicação dessa norma e espera divulgar informações adicionais antes da adoção efetiva.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

4.1 Estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando os valores dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 27.

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A vem efetuando os pagamentos conforme descrito na nota explicativa nº 11.

c) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon). A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial

provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

d) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa nº 21a). O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas Demonstrações Financeiras.

No estado de Alagoas, a Companhia possui incentivo fiscal denominado PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado. Os benefícios fiscais do PRODESIN consistem em diferimento do ICMS incidente sobre os bens adquiridos no país e no exterior destinados ao ativo fixo; diferimento do ICMS incidente sobre a matéria-prima adquirida no país ou no exterior; crédito presumido de 50% (cinquenta por cento) do ICMS relativo aos produtos da filial localizada no estado; diferimento para 360 (trezentos e sessenta) dias do ICMS a ser recolhido; financiamento de parte do ICMS devido ao estado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais com carência de 24 (vinte e quatro) meses para o pagamento da primeira parcela.

e) Auto de infração

Em 2014 e 2016, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. A Companhia apresentou defesa e encontra-se aguardando o julgamento da referida impugnação, conforme detalhado na nota explicativa nº 26b).

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a receber	52.785	43.969	52.785	43.969
Conta corrente	3.806	1.186	3.806	1.186
Créditos com controladas	67.728	66.727	-	-
Ativos expostos	124.319	111.882	56.591	45.155
Provisão para perdas em investimentos	(67.717)	(66.647)	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(9.718)	(9.317)	(9.718)	(9.317)
Contas a pagar de investimento	(12.392)	-	(12.392)	-
Empréstimos e financiamentos	(42.303)	(77.402)	(42.303)	(77.402)
(-) Operação Swap	-	21.778	-	21.778
Passivos expostos	(132.130)	(131.588)	(64.413)	(64.941)
Exposição líquida	(7.811)	(19.706)	(7.822)	(19.786)

	Em Euro				Em Dólar			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a receber	317	367	317	367	12.659	9.887	12.659	9.887
Conta corrente	-	-	-	-	1.150	364	1.150	364
Créditos com controladas	-	-	-	-	20.474	20.474	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	(20.471)	(20.448)	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(541)	(282)	(541)	(282)	(2.288)	(2.567)	(2.288)	(2.567)
Contas a pagar de investimento	(3.122)	-	(3.122)	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(12.788)	(23.750)	(12.788)	(23.750)
(-) Operação Swap	-	-	-	-	-	19.624	-	19.624
	(3.346)	85	(3.346)	85	(1.264)	3.584	(1.267)	3.558

Embora a exposição cambial líquida esteja pequena, a Companhia mantém a estratégia de conservar a exposição cambial passiva no montante equivalente a até um ano de suas exportações.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em fundos de investimentos, conforme nota explicativa nº 6.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Controladora							
	31 de dezembro de 2017				31 de dezembro de 2016			
	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	146.051	351	112.413	14.033	196.975	782	98.557	9.788
Entre um e dois anos	252.500	-	78.496	21.334	224.882	349	68.990	20.158
Entre dois e cinco anos	102.778	-	-	32.001	146.726	-	-	30.237
Acima de cinco anos	14.836	-	-	8.891	25.134	-	-	18.479
	516.165	351	190.909	76.259	593.717	1.131	167.547	78.662

*A diferença entre o total de empréstimos e debêntures apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec.

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2017				31 de dezembro de 2016			
	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	146.051	351	114.569	14.126	196.975	782	102.929	9.857
Entre um e dois anos	253.677	-	78.496	21.478	226.071	349	68.990	20.296
Entre dois e cinco anos	102.778	-	-	32.217	146.726	-	-	30.444
Acima de cinco anos	14.836	-	-	8.953	25.134	-	-	18.602
	517.342	351	193.065	76.774	594.906	1.131	171.919	79.199

* A diferença entre o total de empréstimos e debêntures apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec.

d) Análise de sensibilidade**i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros**

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e Selic.

Em 31 de dezembro de 2017 a administração considerou como cenário provável a alta da taxa da CDI de 6,89% e da Selic de 6,90%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Consolidado em Reais								
	31 de dezembro de 2017	Risco	Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações (remuneradas 98,6% CDI)	78.962	Alta CDI	6,89%	5.364	5,17%	6.705	3,45%	8.046
Empréstimos - Capital de Giro	(1.177)	Alta CDI	6,89%	(81)	8,61%	(101)	10,34%	(122)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(123.232)	Alta CDI	6,89%	(8.491)	8,61%	(10.613)	10,34%	(12.736)
Debêntures	(175.703)	Alta CDI	6,89%	(12.106)	8,61%	(15.132)	10,34%	(18.159)
	<u>(221.150)</u>			<u>(15.314)</u>		<u>(19.141)</u>		<u>(22.971)</u>
Parcelamento de obrigações tributárias	(76.774)	Alta Selic	6,90%	(5.297)	8,63%	(6.622)	10,35%	(7.946)

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável.

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2017 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas informações trimestrais. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Consolidado em Reais							
	31 de dezembro de 2017	Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
		Taxa	Ganho	Taxa	Ganho	Taxa	Ganho
		US\$	(Perda)	US\$	(Perda)	US\$	(Perda)
Contas a receber	52.785	3,250	(925)	4,063	13.196	4,875	26.393
Conta corrente	3.806	3,250	(67)	4,063	952	4,875	1.903
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(9.718)	3,250	439	4,063	(6.265)	4,875	(12.531)
Empréstimos e financiamentos	(42.303)	3,250	742	4,063	(10.576)	4,875	(21.152)
Exposição líquida	<u>4.570</u>	<u>3,250</u>	<u>189</u>	<u>4,063</u>	<u>(2.693)</u>	<u>4,875</u>	<u>(5.387)</u>

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável, baseada no Relatório Focus do Bacen de 05 de janeiro de 2018.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Empréstimos e financiamentos	512.384	585.472	513.561	586.661
Parcelamento de obrigações tributárias	76.259	78.662	76.774	79.199
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(78.756)	(100.085)	(94.379)	(105.745)
Créditos com outras pessoas ligadas	(94.651)	(89.423)	(94.651)	(89.423)
Aplicações Financeiras	(6.938)	(6.451)	(6.938)	(6.451)
Dívida líquida	<u>408.298</u>	<u>468.175</u>	<u>394.367</u>	<u>464.241</u>
Total do patrimônio líquido	<u>285.048</u>	<u>238.448</u>	<u>285.060</u>	<u>238.459</u>
Total do capital	<u>693.346</u>	<u>706.623</u>	<u>679.427</u>	<u>702.700</u>
Índice de alavancagem financeira (%)	<u>59</u>	<u>66</u>	<u>58</u>	<u>66</u>

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativos, empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	78.756	100.085	94.379	105.745
Contas a receber de clientes	203.703	202.658	218.412	215.379
Créditos com outras pessoas ligadas	94.651	89.423	94.651	89.423
Ativos, avaliados pelo valor justo por meio de resultado				
Aplicações financeiras	6.938	6.451	6.938	6.451
	<u>384.048</u>	<u>398.617</u>	<u>414.380</u>	<u>416.998</u>
Passivo, outros passivos financeiros				
Fornecedores e Cessão	147.540	120.079	149.696	124.451
Empréstimos, financiamentos e debêntures	512.384	585.472	513.561	586.661
Parcelamento de obrigações tributárias	76.259	78.662	76.774	79.199
Derivativos	-	2.452	-	2.452
	<u>736.183</u>	<u>786.665</u>	<u>740.031</u>	<u>792.763</u>

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A aplicação financeira é um fundo de investimento de longo prazo e está atrelada a uma cláusula de reciprocidade no contrato de empréstimo com o Banco do Nordeste.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Conta corrente	12.801	6.211	15.417	11.172
Aplicações financeiras	65.955	93.874	78.962	94.573
	<u>78.756</u>	<u>100.085</u>	<u>94.379</u>	<u>105.745</u>

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo em dezembro de 2017 foi equivalente a 98,6% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

7 Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações com derivativos foram liquidadas em 2017, e a companhia não detém mais instrumentos financeiros vinculados a operações de *Swap*.

Adicionalmente a Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou quaisquer outros instrumentos de risco.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a receber de terceiros:				
Mercado interno	153.302	158.989	167.560	171.710
Mercado externo	52.785	43.969	52.785	43.969
	<u>206.087</u>	<u>202.958</u>	<u>220.345</u>	<u>215.679</u>
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	-	2.548	451	2.548
	<u>-</u>	<u>2.548</u>	<u>451</u>	<u>2.548</u>
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(2.384)	(2.848)	(2.384)	(2.848)
	<u>(2.384)</u>	<u>(2.848)</u>	<u>(2.384)</u>	<u>(2.848)</u>
	<u>203.703</u>	<u>202.658</u>	<u>218.412</u>	<u>215.379</u>

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado como despesas comerciais.

a) Composição das contas a receber por idade de vencimento com classificação provisionados e não provisionados

	Controladora							
	31 de dezembro de 2017	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2016	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	166.563	166.563	-	-	191.258	191.258	-	-
Vencidos até 30 dias	11.149	-	11.149	-	5.733	-	5.733	-
Vencidos de 31 a 90 dias	11.506	-	11.363	143	2.011	-	1.908	103
Vencidos de 91 a 180 dias	6.751	-	6.594	157	1.251	-	824	427
Vencidos de 181 a 360 dias	3.263	-	2.390	873	4.388	-	2.904	1.484
Vencidos há mais de 360 dias	6.855	-	5.644	1.211	865	-	31	834
	206.087	166.563	37.140	2.384	205.506	191.258	11.400	2.848

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2017	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2016	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	178.571	178.571	-	-	203.154	203.154	-	-
Vencidos até 30 dias	11.262	-	11.262	-	6.144	-	6.144	-
Vencidos de 31 a 90 dias	11.905	-	11.762	143	2.191	-	2.088	103
Vencidos de 91 a 180 dias	7.629	-	7.472	157	1.298	-	871	427
Vencidos de 181 a 360 dias	4.387	-	3.514	873	4.570	-	3.086	1.484
Vencidos há mais de 360 dias	7.042	-	5.831	1.211	870	-	36	834
	220.796	178.571	39.841	2.384	218.227	203.154	12.225	2.848

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 21. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 31 de dezembro de 2017, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 79.332 (R\$ 83.642 em 31 de dezembro de 2016).

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Produtos acabados	144.331	152.789	144.488	153.064
Produtos em processo	6.207	6.279	6.207	6.279
Matérias-primas e materiais de consumo	31.729	31.693	31.729	31.693
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(7.043)	(9.496)	(7.043)	(9.496)
Importações em andamento	3.942	4.340	3.942	4.340
	179.166	185.605	179.323	185.880

Foram dados em garantia de empréstimos e financiamentos, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 11.016 (R\$ 11.016 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia constitui provisão para perdas com estoques levando em consideração o menor valor entre o valor líquido de custo e o valor recuperável. A despesa com a constituição da provisão para perda dos estoques foi registrada na rubrica “custo dos produtos vendidos” na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do estoque.

10 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante				
ICMS	5.646	8.060	6.120	8.524
IPI (a)	3.051	1.948	3.399	2.295
IRRF/CSRF	1.612	-	1.635	-
IRPJ/CSLL	4.034	4.330	4.050	5.017
PIS/COFINS	-	-	421	427
INSS	-	2.496	-	2.496
Outros	153	109	297	320
	<u>14.496</u>	<u>16.943</u>	<u>15.922</u>	<u>19.079</u>
Não circulante *				
ICMS	2.728	3.051	2.728	3.051
PIS/COFINS	3.679	3.073	3.679	3.073
	<u>6.407</u>	<u>6.124</u>	<u>6.407</u>	<u>6.124</u>

* Impostos a recuperar decorrentes de aquisições de ativo imobilizado.

a) Redução dos percentuais das alíquotas de IPI

A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Companhia é permitida pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016 que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

11 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e "Refinadora" firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de dezembro de 2017, esses créditos que também têm origem no

processo 87.00.00967-9, representam R\$ 94.651 (R\$ 89.423 em 31 de dezembro de 2016) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantias já se transformaram em precatórios. Com efeito, a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013, abril de 2014 e dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente. Adicionalmente foi recebido em setembro de 2016 o montante de R\$ 2.167 em complemento a parcela 04. As parcelas 05, 06 e 07 já estão depositadas para a Refinadora, porém o repasse depende de alvará de liberação, que está em andamento.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora da PBG S/A no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

12 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa nº 25) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Cível (a)	78.568	69.043	78.568	69.061
Trabalhista	8.381	8.111	8.381	8.111
Tributária	6.521	4.539	6.552	4.570
	93.470	81.693	93.501	81.742

a) A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor SC Gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização, ingressou na justiça, postulando a manutenção do mencionado benefício, tendo sido deferida medida liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo.

13 Recebíveis da Eletrobras

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobras visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução e reconheceu o valor apurado pela perícia judicial atualizando mensalmente pelo INPC acrescido de 12% ao ano. Após esse período o cálculo foi submetido às revisões apuradas pela contadoria da Justiça Federal.

Em 2014, a Eletrobras foi condenada ao pagamento de R\$ 35.395 apurado pela perícia com data base de agosto de 2013. A Companhia contestou esta decisão, requerendo que os cálculos fossem retificados e que fossem estabelecidos os critérios adotados na quantificação do valor da condenação, em virtude das divergências entre as partes. Baseada nessa situação, em julho de 2014 a Companhia

decidiu interromper a atualização do ativo, até nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo, mantendo o saldo contábil atualizado no montante de R\$ 48.621.

Após o trânsito em julgado do processo de liquidação de sentença, ocorrido em agosto de 2014 um perito contábil foi contratado pela Companhia, em 2016, para quantificar o crédito, que foi objeto de futura ação de execução de sentença. O laudo pericial apresentou um valor R\$ 32.208.

Em 16 de novembro de 2017, a Companhia ajuizou ação de cumprimento de sentença, no valor total de R\$ 12.821. O saldo contábil foi novamente revisado e baixado em 2017, sendo que R\$ 11.294 eram atualizações (revertidas contra o resultado financeiro) e R\$ 8.092 reconhecidos em outras despesas operacionais.

14 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Imposto de renda	2.823	4.137	2.839	4.716	-	-	(1.284)	(227)
Contribuição social	1.211	193	1.211	301	-	-	(474)	(84)
	4.034	4.330	4.050	5.017	-	-	(1.758)	(311)

Os impostos são apresentados líquidos, no ativo ou passivo, caso haja direito legal de compensar ativos e passivos fiscais correntes.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos para controladora e consolidado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Prejuízos fiscais	15.288	7.393	15.288	11.741
Diferenças temporárias ativas	21.570	35.295	22.092	35.300
Variações cambiais pelo regime de caixa	2.873	6.207	2.873	6.207
Provisão para ajuste a valor de mercado	1.841	2.494	1.841	2.494
Provisão para contingências	8.585	8.914	8.585	8.914
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	-	7.969	-	7.969
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	2.116	2.486	2.116	2.486
Outras diferenças temporárias ativas	6.155	7.225	6.677	7.230
Diferenças temporárias passivas	(51.044)	(50.291)	(51.044)	(50.291)
Portobello previdência	(1.957)	(1.485)	(1.957)	(1.485)
Realização da reserva de reavaliação	(18.481)	(19.091)	(18.481)	(19.091)
Recebíveis da Eletrobrás	(4.359)	(10.951)	(4.359)	(10.951)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase I	(2.591)	(2.342)	(2.591)	(2.342)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(7.461)	(6.747)	(7.461)	(6.747)
Contingência ativa - Semestralidade do PIS	(3.025)	-	(3.025)	-
Contingência ativa - Correção cédulas de crédito rural	(2.552)	-	(2.552)	-
Ajuste a valor presente	(1.405)	(3.187)	(1.405)	(3.187)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(9.213)	(6.488)	(9.213)	(6.488)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(14.186)	(7.603)	(13.664)	(3.250)
Ativo não circulante	-	-	522	-
Passivo não circulante	(14.186)	(7.603)	(14.186)	(3.250)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(14.186)	(7.603)	(13.664)	(3.250)

A movimentação líquida em 31 de dezembro de 2017 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2016	(7.603)	(3.250)
Prejuízos fiscais	7.895	3.547
Diferenças temporárias ativas	(13.725)	(13.730)
Diferenças temporárias passivas	(1.363)	(1.363)
Reserva de reavaliação	610	610
Em 31 de dezembro de 2017	(14.186)	(14.186)

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferido durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos para controladora e consolidado é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2017
Ativo de imposto diferido debitado (creditado) ao resultado		
Prejuízos fiscais	7.895	3.547
Variações cambiais pelo regime de caixa	(3.334)	(3.334)
Provisão para ajuste a valor de mercado	(653)	(653)
Provisão para contingências	(329)	(329)
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	(7.969)	(7.969)
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	(370)	(370)
Outras diferenças temporárias ativas	(1.070)	(1.075)
	<u>(5.830)</u>	<u>(10.183)</u>
Portobello previdência	(472)	(472)
Realização da reserva de reavaliação	610	610
Recebíveis da Eletrobrás	6.592	6.592
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase I	(249)	(249)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(714)	(714)
Contingência ativa - Semestralidade do Pis	(3.025)	(3.025)
Contingência ativa - Correção cédulas de crédito rural	(2.552)	(2.552)
Ajuste a valor presente	1.782	1.782
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(2.725)	(2.725)
	<u>(753)</u>	<u>(753)</u>
	<u>(6.583)</u>	<u>(10.936)</u>

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Resultado antes do imposto	70.719	(10.787)	80.992	(5.887)
Imposto calculado com base na taxa nominal - 34%	(24.044)	3.668	(27.537)	2.002
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	12.928	7.664	-	-
Despesas não dedutíveis	4.533	1.748	4.533	1.748
Depreciação de ativos reavaliados	(610)	(617)	(610)	(617)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	7.193	(12.463)	13.375	(12.369)
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	-	-	(10.239)	(9.236)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.583)	12.912	(6.583)	17.265
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(6.583)	12.912	(16.822)	8.029
Aliquota efetiva	9,3%	-	20,8%	-

15 Ativo judicial

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Crédito-prêmio do IPI (a)				
Processo nº 1987.0000.645-9	21.945	19.843	21.945	19.843
Processo nº 1984.00.020114-0	7.621	6.892	7.621	6.892
Semestralidade do PIS (b)	8.896	-	8.896	-
Correção cédulas de crédito rural (c)	7.507	-	7.507	-
	<u>45.969</u>	<u>26.735</u>	<u>45.969</u>	<u>26.735</u>

a) Crédito-prêmio do IPI

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9, referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal, o valor reconhecido em novembro de 2009, atualizado até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 21.945.

Relativamente ao processo nº 1984.00.020114-0, referente ao período de 07 de dezembro de 1979 a 31 de março de 1981, após o trânsito em julgado, ocorrido há mais 10 anos, iniciou-se a fase de liquidação e execução de sentença, sobrevivendo laudo pericial, realizado por perito judicial. As partes foram intimadas do 'quantum' apurado para manifestação acerca da concordância ou impugnação do laudo. A Companhia concordou com os cálculos apresentados. A União, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional não se manifestou, ensejando a concordância tácita, operando-se a preclusão. Portanto, o processo está concluso para sentença e não há mais espaço para contestação. A Companhia reconheceu em 2015 o montante apurado pelo perito judicial no valor de R\$ 4.983, e como a Companhia entende que o ganho da mencionada ação é praticamente certo, registrou o ativo tributário em junho de 2015, e que atualizado até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 7.621.

b) Semestralidade do PIS

Em 2017 a Companhia reconheceu o ativo referente a Semestralidade do PIS, baseado no trânsito em julgado de maio, pelo qual obteve-se decisão favorável no Superior Tribunal Federal – STF para reaver valores pagos a maior a título de Pis. Em outubro, foi dada entrada no pedido de habilitação do crédito e aguarda-se retorno da Receita Federal. A mesma está em diligência confirmando valores.

c) Correção cédulas de crédito rural

Em março de 2017, a Companhia, com fundamento em decisão judicial proferida na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, em face da União Federal, propôs ação individual de Execução de Sentença, com objetivo de cobrança do valor correspondente a diferença entre indexadores de correção monetária nas operações aplicáveis as cédulas de crédito rural, ocorridas em março de 1990. O valor atualizado da parcela incontroversa até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 7.507. O valor reconhecido no resultado na rubrica "outras receitas operacionais" líquido de honorários em 2107 foi de R\$ 6.755.

16 Ativo contingente

O ativo contingente refere-se ao processo judicial 1998.34.00.029022-4 que também trata do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', que já teve sua liquidação de sentença transitada em julgado em março de 2015. A Companhia já está promovendo a execução de sentença, tendo o juiz da causa determinado à contadoria judicial que se pronunciasse sobre a correta aplicação dos critérios definidos em liquidação de sentença para posterior homologação do valor devido ('quantum'). A contadoria judicial da Justiça Federal pronunciou-se no sentido de ratificar os cálculos apresentados pela Companhia, pois "está em conformidade com a sentença". O valor foi apurado em R\$ 162.000, base novembro de 2017.

A Companhia promoveu em dezembro de 2017 comunicado ao mercado noticiando o fato. E aguarda o parecer do escritório contratado.

A Administração mantém o entendimento de que o ativo é provável e desta forma é mantida sua divulgação em nota explicativa. Aguarda-se os próximos movimentos jurídicos para reconhecimento do ativo.

17 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de cinco empresas e os investimentos estão registrados no ativo não circulante sob a rubrica "Participação em controladas" e no passivo como "Provisão para perda em investimentos".

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita	Resultado
Em 31 de dezembro de 2016						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	83	66.730	-	(161)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	11.437	10.718	61.652	3.268
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	22.546	22.066	64.165	15.893
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	1.958	1.713	8.764	547
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	1.654	9.801	(67)	2.994
Em 31 de dezembro de 2017						
Portobello América Inc. e outros	Estados Unidos	100,00%	26	67.743	-	(67)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	14.359	8.425	62.772	5.215
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	40.380	39.900	63.510	32.528
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	2.079	1.495	9.336	339
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	99,91%	2.121	(2)	-	8

As controladas são empresas de capital fechado, cuja participação da Controladora nos ativos, passivos e resultado do período é a seguinte:

	Patrimônio líquido	Resultado do período	Percentual de participação	31 de dezembro de 2016	Variações cambiais	Integra-lização de capital	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos propostos	Variação participação acionária	31 de dezembro de 2017
Investimentos										
Portobello América Inc. e outros	(67.717)	(67)	100%	(66.647)	(1.003)	-	(67)	-	-	(67.717)
PBTech Ltda.	5.938	5.218	99,94%	719	-	-	5.215	-	-	5.934
Portobello Shop S.A.	480	32.561	99,90%	480	-	-	32.528	(32.528)	-	480
Mineração Portobello Ltda.	585	340	99,76%	245	-	-	339	-	-	584
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	2.125	8	99,91%	(7.868)	-	10.145	8	-	(162)	2.123
Outros	10	-	100%	10	-	-	-	-	-	10
Total líquido do investimento em controladas				(73.061)	(1.003)	10.145	38.023	(32.528)	(162)	(58.586)
Participação em controladas				1.454						9.131
Provisão para perdas em investimentos				(74.515)						(67.717)

Durante o exercício de 2017 a Companhia recebeu o montante de R\$ 15.892 de dividendos propostos pelas suas controladas em 2016.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de junho de 2017, a PBG integralizou capital no montante de R\$ 10.145 na controlada Companhia Brasileira de Cerâmica, valor oriundo do saldo de AFAC existente. O saldo remanescente de R\$ 3.831 foi liquidado através de cessão de créditos tributários diferidos.

18 Imobilizado

a) Composição

	Taxa média anual de depreciação	Controladora			Consolidado	
		31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		12.141	-	12.141	12.141	13.062
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	203.531	(42.190)	161.341	167.914	155.343
Máquinas e equipamentos	15%	534.804	(304.536)	230.268	236.675	230.269
Móveis e utensílios	10%	9.456	(8.377)	1.079	1.261	1.092
Computadores	20%	20.686	(16.365)	4.321	3.880	4.325
Outras imobilizações	20%	209	(194)	15	22	14.084
Imobilizações em andamento		21.957	-	21.957	3.363	22.420
		802.784	(371.662)	431.122	425.256	440.595
						433.348

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição (nota explicativa 29.3).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e desde então, periodicamente faz revisão anual e não houve impacto relevante da vida útil do ativo imobilizado em 2017.

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora								
	31 de dezembro de 2015	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	31 de dezembro de 2016	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	31 de dezembro de 2017
								Baixas	
Terrenos	12.141	-	-	-	12.141	-	-	-	12.141
Edificações e benfeitorias	164.853	-	10.050	(6.989)	167.914	-	412	(6.985)	161.341
Máquinas e equipamentos	224.665	696	34.627	(23.313)	236.675	667	15.988	(23.018)	230.268
Móveis e utensílios	1.418	-	37	(194)	1.261	12	-	(194)	1.079
Computadores	4.123	389	597	(1.229)	3.880	300	1.412	(1.271)	4.321
Outras imobilizações	30	-	-	(8)	22	-	-	(7)	15
Imobilizações em andamento	29.449	19.225	(45.311)	-	3.363	36.406	(17.812)	-	21.957
	436.679	20.310	-	(31.733)	425.256	37.385	-	(31.475)	431.122

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado									
	31 de dezembro de 2015	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	31 de dezembro de 2016	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas
Terrenos	13.062	-	-	-	-	13.062	-	-	-	-
Edificações e benfeitorias	163.773	-	10.050	(9.189)	-	164.634	-	412	(9.703)	-
Máquinas e equipamentos	224.665	697	34.627	(23.313)	-	236.676	667	15.988	(23.018)	(44)
Móveis e utensílios	1.440	-	37	(197)	(3)	1.277	12	-	(197)	-
Computadores	4.147	396	591	(1.241)	-	3.893	300	1.412	(1.280)	-
Outras imobilizações	5.494	-	5.038	(8)	(171)	10.353	-	3.952	(7)	(214)
Imobilizações em andamento	31.613	22.183	(50.343)	-	-	3.453	43.581	(24.614)	-	-
	444.194	23.276	-	(33.948)	(174)	433.348	44.560	(2.850)	(34.205)	(258)
										440.595

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado			
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Custo dos produtos vendidos	28.352	28.603	28.352	28.603
Despesa comercial	2.116	2.115	4.835	4.320
Despesa administrativa	1.007	1.015	1.018	1.025
	31.475	31.733	34.205	33.948

19 Intangível

a) Composição

	Taxa média anual de amortização	Controladora			Consolidado		
		31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2017		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	150	-	150	150	150	150
Softwares	20%	21.379	(15.354)	6.025	6.598	6.025	6.598
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(1.000)	-	-	289	729
Fundo de comércio	-	-	-	-	-	9.681	6.831
Softwares em desenvolvimento	-	1.398	-	1.398	653	1.504	653
Sistema de gestão (a)	21%	18.886	(16.969)	1.917	5.592	1.917	5.592
		42.813	(33.323)	9.490	12.993	19.566	20.553

(a) Gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, representados substancialmente pelos sistemas Oracle, WMS e Demantra e *Inventory Optimization* e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Movimentação do intangível

Controladora									
	31 de dezembro de 2015	Adições	Amortizações	Transferência	Baixas	31 de dezembro de 2016	Adições	Amortizações	Transferência
Marcas e patentes	150	-	-	-	-	150	-	-	-
Softwares	2.032	548	(1.172)	5.190	-	6.598	329	(1.691)	789
Direito exploração de jazidas	773	-	(29)	-	(744)	-	-	-	-
Softwares em desenvolvimento	5.315	528	-	(5.190)	-	653	1.534	-	(789)
Sistema de gestão	9.540	-	(3.948)	-	-	5.592	-	(3.675)	-
	17.810	1.076	(5.149)	-	(744)	12.993	1.863	(5.366)	-

Consolidado									
	31 de dezembro de 2015	Adições	Amortizações	Transferência	Baixas	31 de dezembro de 2016	Adições	Amortizações	Transferência
Marcas e patentes	150	-	-	-	-	150	-	-	-
Softwares	2.032	548	(1.172)	5.190	-	6.598	329	(1.691)	789
Direito exploração de jazidas	1.164	745	(436)	-	(744)	729	-	(440)	-
Fundo de comércio	7.039	-	-	-	(208)	6.831	-	-	2.850
Softwares em desenvolvimento	5.315	528	-	(5.190)	-	653	1.639	-	(789)
Sistema de gestão	9.540	-	(3.948)	-	-	5.592	-	(3.675)	-
	25.240	1.821	(5.556)	-	(952)	20.553	1.968	(5.806)	2.850

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado			
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Custo dos produtos vendidos	797	712	1.237	1.119
Despesa comercial	2.810	2.841	2.810	2.841
Despesa administrativa	1.759	1.596	1.759	1.596
	5.366	5.149	5.806	5.556

c) Projeção para amortização do Intangível Consolidado:

	2018	2019	2020	2021	2022 a 2023	Total
Softwares	1.814	1.804	1.594	699	114	6.025
Direito de exploração de jazidas	51	51	51	51	85	289
Sistema de gestão	1.917	-	-	-	-	1.917
	3.782	1.855	1.645	750	199	8.231

Os itens marcas e patentes, fundo de comércio e softwares em desenvolvimento no total de R\$ 11.335 não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida. Porém estão sujeitos a *impairment*, conforme descrito nas principais políticas contábeis, divulgados nestas demonstrações financeiras do encerramento do exercício.

20 Fornecedores e cessão de crédito**a) Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Mercado interno	99.741	89.220	101.897	93.592
Mercado externo	12.672	9.337	12.672	9.337
Circulante	112.413	98.557	114.569	102.929
Mercado interno (i)	78.496	68.990	78.496	68.990
Não circulante	78.496	68.990	78.496	68.990
	190.909	167.547	193.065	171.919

(i) Provisão para pagamento ao fornecedor de gás decorrente do assunto mencionado na nota explicativa nº 12

b) Cessão de crédito de fornecedores

A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras de primeira linha no montante de R\$ 35.127 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 21.522 em 31 de dezembro de 2016), com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial.

Nas referidas transações não houve modificação das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores.

c) Contas a pagar de investimentos

A Companhia apresenta um saldo de R\$ 19.049 na controladora e R\$ 19.609 no consolidado no passivo circulante, que referem-se a imobilizações em andamento para atualização dos parques fabris, investimento em lojas próprias e sistemas.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

21 Empréstimos, financiamentos e debêntures**a) Empréstimos e financiamentos**

				Controladora		Consolidado	
	Moeda	Venci- mentos	Encargos	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante							
Arrendamento financeiro (a)	R\$	mai-18	11,48% a.a.	351	782	351	782
Banco do Nordeste S.A (b)	R\$	jun-25	3,00% a.a.	9.798	9.801	9.798	9.801
Lei nº 4.131	R\$	dez-17	9,74% a.a.	-	14.387	-	14.387
NCE (c)	R\$	nov-21	9,13% a.a. ¹	37.954	88.543	37.954	88.543
Pré-pagamento (d)	US\$	mai-18	6,09% a.a.+VC	2.071	4.083	2.071	4.083
PRODEC (e)	R\$	nov-21	4,00% a.a. ¹	20.489	10.897	20.489	10.897
FINEP (f)	R\$	mai/21	8,62% a.a. ¹	17.133	10.161	17.133	10.161
DEG (g)	US\$	out-21	6,64% a.a.+VC	10.460	10.394	10.460	10.394
FINAME (h)	R\$	ago-23	3,00% a.a. ¹	422	422	422	422
NCE	US\$	nov-17	8,87% a.a.+VC	-	21.779	-	21.779
Debêntures 1ª série (i)	R\$	nov-22	10,44% a.a.	18.708	10.298	18.708	10.298
Debêntures 2ª série (i)	R\$	nov-20	10,04% a.a.	29.016	15.457	29.016	15.457
Total do circulante			8,06% a.a. ¹	146.402	197.004	146.402	197.004
Total moeda nacional				133.871	160.748	133.871	160.748
Total moeda estrangeira				12.531	36.256	12.531	36.256
Não circulante							
Capital de Giro	R\$			-	-	1.177	1.189
Arrendamento financeiro (a)	R\$	mai-18	11,48% a.a.	-	349	-	349
Banco do Nordeste S.A (b)	R\$	jun-25	3,00% a.a.	63.573	73.353	63.573	73.353
NCE (c)	R\$	nov-21	9,13% a.a. ¹	85.278	42.221	85.278	42.221
Pré-pagamento (d)	US\$	mai-18	6,09% a.a.+VC	-	2.037	-	2.037
PRODEC (e)	R\$	nov-21	4,00% a.a. ¹	25.848	34.386	25.848	34.386
FINEP (f)	R\$	mai/21	8,62% a.a. ¹	31.721	20.739	31.721	20.739
DEG (g)	US\$	out-21	6,64% a.a.+VC	29.772	39.109	29.772	39.109
FINAME (h)	R\$	ago-23	3,00% a.a. ¹	1.811	2.230	1.811	2.230
Debêntures 1ª série (i)	R\$	nov-22	10,44% a.a.	71.782	89.619	71.782	89.619
Debêntures 2ª série (i)	R\$	nov-20	10,04% a.a.	56.197	84.425	56.197	84.425
Total do não circulante			7,84% a.a. ¹	365.982	388.468	367.159	389.657
Total moeda nacional				336.210	347.322	337.387	348.511
Total moeda estrangeira				29.772	41.146	29.772	41.146
Total Geral			7,90% a.a. ¹	512.384	585.472	513.561	586.661
Total moeda nacional				470.081	508.070	471.258	509.259
Total moeda estrangeira				42.303	77.402	42.303	77.402

¹ Taxa média ponderada

VC - Variação Cambial

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Detalhamento dos contratos

Nota	Contrato	Data		Captação	Prazo (meses)	Amorti- zação	Carência (meses)	Garantias
		Desem- bolso	Venci- mento					
(a)	Arrend. financeiro	mai-15	mai-18	R\$ 2.192	36	Mensal	-	Máquinas e equipamentos
		ago-14	jun-25	R\$ 96.819	133	Mensal	24	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos
	(b) Banco do Nordeste	Contrato celebrado em jun/13, no valor de R\$ 147.700. A 1ª parcela do financiamento foi liberada pelo Banco em ago/14 no valor de R\$ 29.221 , a 2ª parcela liberada em jan/15 no valor de R\$ 45.765, a 3ª parcela liberada em set/15 no valor de R\$ 14.700, 4ª parcela liberada em mar/16 no valor de R\$ 4.713 a 5ª parcela liberada em dez/16 no valor de R\$ 2.418.						
	(c) Crédito de Exportação (NCE)	fev-15	jan-18	R\$ 50.000	36	Trimestral	9	Recebíveis no valor de 15% do saldo devedor do contrato
		mai-16	mai-18	R\$ 50.000	24	Semestral	12	Recebíveis no valor de 15% do saldo devedor do contrato
		jun-16	mai-19	R\$ 10.000	36	Trimestral	12	80% de duplicatas + 20% aplicação financeira (*)
		jun-16	mai-19	R\$ 20.000	36	Trimestral	12	80% de duplicatas + 20% aplicação financeira (*)
		nov-17	nov-20	R\$ 30.000	36	Trimestral	20	Recebíveis no valor de 30% do saldo devedor do contrato (*)
		nov-17	nov-21	R\$ 50.000	48	Mensal	12	Recebíveis no valor de 30% do saldo devedor do contrato (*)
(*) Os contratos sinalizados possuem cláusulas mínimas de “covenants” que foram cumpridas.								
(d)	Pré-pagamento	jul-13	mai-18	US\$ 5.000	60	Trimestral	15	Penhor mercantil
	PRODEC	-	-	-	120	Bullet	48	-
(e)	O Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense é um Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em jul/09. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (9,80% ao ano). O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 2.251 (média dos valores recolhidos em 2015).							
	(f) Finep	jul-10	set-18	R\$ 30.103	99	Mensal	24	Fiança Bancária
		Todas as 5 parcelas do financiamento foram liberadas pelo Banco da seguinte forma: 1ª no valor de R\$ 5.000 em jul/10, 2ª de R\$ 5.100 em ago/10, 3ª de R\$ 3.146 em set/10, 4ª de R\$ 5.572 em dez/12 e 5ª de R\$ 11.282 em ago/13.						
		jul-14	mai-21	R\$ 57.318	84	Mensal	24	Fiança Bancária
A 1ª parcela do financiamento, no valor de R\$ 12.627, foi liberada pelo Banco em jul/14. A 2ª parcela liberada em jan/16 no valor de R\$ 12.479. A 3ª parcela liberada em jun/17 no valor de R\$ 32.064.								
(g)	DEG (Deut	mai-14	out-21	US\$ 18.000	90	Semestral	23	Máquinas e equipamentos e notas promissórias
Este contrato possui cláusulas mínimas de “covenants” que foram repactuadas em dez/17 e foram cumpridas.								
	(h) Finame	mai-13	mai-23	R\$ 39	120	Mensal	25	Máquinas e equipamentos
		mai-13	abr-23	R\$ 601	120	Mensal	24	
		jul-13	jul-23	R\$ 107	120	Mensal	25	
		jul-13	ago-23	R\$ 1.890	120	Mensal	26	
		jan-14	jun-23	R\$ 577	114	Mensal	18	
	(i) Debêntures	dez-15	nov-22	R\$ 100.000	83	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
		dez-15	nov-20	R\$ 100.000	59	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
Para mais detalhes vide Item (c) Debêntures, a seguir								

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, aplicações financeira vinculadas, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa nº 8) e de controlada (nota explicativa nº 39), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados (nota explicativa 9).

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora		Consolidado	
Vencimentos em 1º de Janeiro	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
2018	146.402	128.921	146.402	130.110
2019	125.477	91.419	126.654	91.419
2020	124.204	78.367	124.204	78.367
2021 a 2025	116.301	89.761	116.301	89.761
	512.384	388.468	513.561	389.657

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados em Reais, segregados por tipo de moeda:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Reais	470.081	508.070	471.258	509.259
Dólares dos Estados Unidos	42.303	77.402	42.303	77.402
	<u>512.384</u>	<u>585.472</u>	<u>513.561</u>	<u>586.661</u>

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados *pró-rata*.

c) Debêntures

Em 17 de novembro de 2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Portobello S.A, a 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor da captação		
Debêntures 1ª série	91.779	101.551
Debêntures 2ª série	86.503	101.515
Saldo Bruto	<u>178.282</u>	<u>203.066</u>
Custos de captação	<u>(2.579)</u>	<u>(3.267)</u>
Saldo líquido	<u>175.703</u>	<u>199.799</u>
Circulante	47.724	25.755
Não circulante	127.979	174.044

Características da Emissão	
Emissão	2ª
Agente Fiduciário	PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A
Coordenador Líder	Banco Bradesco S.A.
Banco Depositário	ITAU CV S/A
Negociação	CETIP
Número de Séries	2
Volume da Emissão R\$	200.000.000,00
Qtde Total de Debêntures	2.000
Valor Nominal Unitário R\$	100.000,00

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Detalhamento da operação por série		
Série	1ª	2ª
Registro CVM N°	480/09	
Código do Ativo	PTBL12	PTBL22
Data de Emissão	26/11/2015	
Data de Vencimento	26/11/2022	26/11/2020
Volume R\$	100.000.000,00	100.000.000,00
Qtde de Debêntures	1.000	1.000
Valor Nominal Unitário R\$	100.000,00	100.000,00
Forma	Normativa e escritural	
Espécie	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória	
Conversibilidade	Não conversíveis em ações de Emissão da Emissora	
Atualização	Não haverá atualização monetária do Valor Nominal	
Remuneração	Taxa DI + 3,55% ao ano (ano com base 252 dias)	Taxa DI + 3,15% ao ano (ano com 252 dias)
Pagamento Remuneração	Semestral, com a primeira data de remuneração em 26/05/2016	
Amortização	Será amortizado em 11 (onze) parcelas semestrais consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 26 de novembro de 2017.	Será amortizado em 7 (sete) parcelas semestrais consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 26 de novembro de 2017.
Atos Societários:	RCA em 17/11/2015	
Covenants	Divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA <= 3,35 vezes (ano 2015) , 3,00 vezes (03.2016 e 06.2016), 4,50 vezes (09.2016 e 12.2016), 4,25 vezes (03.2017), 4,00 vezes (06.2017), 3,75 vezes (09.2017), 3,50 vezes (12.2017), 3,25 vezes (03.2018 e 06.2018), 3,00 vezes (09.2018 e 12.2018), 2,50 vezes (ano 2019, 2020, e 2021) e 3,00 vezes (a partir de 2022).	
	Divisão entre Ativo Circulante pelo Passivo Circulante >= 1,15 vezes	

Este contrato possui cláusulas de *covenants* que foram cumpridas.

d) Movimentação

Em 31 de dezembro de 2017 as debêntures, empréstimos e os financiamentos tiveram sua movimentação conforme quadros abaixo:

Controladora	31 de dezembro de 2016	Alterações caixa			Alteração não Caixa		31 de dezembro de 2017
		Novas Captações	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Despesas com juros	Variação Cambial e outros	
Debêntures	199.799	-	(23.377)	(27.629)	26.910	-	175.703
Empréstimos e financiamento	385.673	117.804	(170.860)	(24.032)	24.667	3.429	336.681
	<u>585.472</u>	<u>117.804</u>	<u>(194.237)</u>	<u>(51.661)</u>	<u>51.577</u>	<u>3.429</u>	<u>512.384</u>

Consolidado	31 de dezembro de 2016	Alterações caixa			Alteração não Caixa		31 de dezembro de 2017
		Novas Captações	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Despesas com juros	Variação Cambial e outros	
Debêntures	199.799	-	(23.377)	(27.629)	26.910	-	175.703
Empréstimos e financiamento	386.862	117.804	(170.883)	(24.032)	24.678	3.429	337.858
	<u>586.661</u>	<u>117.804</u>	<u>(194.260)</u>	<u>(51.661)</u>	<u>51.588</u>	<u>3.429</u>	<u>513.561</u>

22 Parcelamento de obrigações tributárias

Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		Controladora		Consolidado	
	Data	Parcelas a vencer	31 de	31 de	31 de	31 de
			dezembro de 2017	dezembro de 2016	dezembro de 2017	dezembro de 2016
LEI 11.941/09 (a)	nov-09	82	72.602	78.662	73.097	79.199
LEI 13.496/17 (b)	ago-17	1	3.657	-	3.677	-
Total			76.259	78.662	76.774	79.199

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31 de	31 de	31 de	31 de
	dezembro de 2017	dezembro de 2016	dezembro de 2017	dezembro de 2016
2018	14.033	9.788	14.126	9.857
2019 a 2023 (*)	53.335	60.474	53.695	60.888
2024	8.891	8.400	8.953	8.454
	76.259	78.662	76.774	79.199
Circulante	14.033	9.788	14.126	9.857
Não circulante	62.226	68.874	62.648	69.342

(*) Soma das parcelas anuais de R\$ 10.667 em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 10.079 em 31 de dezembro de 2016 para a Controladora e R\$ 10.739 e R\$ 10.148 respectivamente para o Consolidado.

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e setembro de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa nº 23).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 818, atualizadas pela Selic, bem como efetivou a desistência das ações judiciais e renuncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e consequentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

b) Lei 13.496/17 (PERT - Programa de Regularização Tributária)

Em agosto de 2017 a Companhia aderiu ao parcelamento instituído pela Lei 13.496/17. Em novembro de 2017 os cálculos dos débitos foram finalizados e foram parcelados através do Programa Especial de

Regularização Tributária (PERT) débitos federais no valor de R\$ 3.865 já considerando as benesses previstas na lei. O impacto no resultado em outras despesas operacionais foi no valor de R\$ 3.193 e em despesas financeiras R\$ 672. A consolidação e conclusão deste parcelamento está sob revisão e pode sofrer alterações.

23 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito, bem como aduziu que não fora preenchido o requisito do “aproveitamento indevido”. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas nas notas explicativas nº 15 e nº 16. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias como também a comprovação do “aproveitamento indevido”, manifestamente reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em sede de lançamento. Este procedimento deliberado pela Administração é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter à questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

Na hipótese de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o que a Companhia entende ser remoto com base na opinião dos seus assessores jurídicos, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 28 milhões em 31 de dezembro de 2017, considerando a desconfissão da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa nº 16.

24 Impostos, taxas e contribuições

Em 31 de dezembro de 2017 os impostos, taxas e contribuições registradas no passivo circulante estavam classificadas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
IRRF	2.420	2.236	2.721	2.567
ICMS	6.304	9.910	6.325	9.933
PIS/COFINS	5.404	1.760	5.801	2.176
Outros	302	233	426	344
	14.430	14.139	15.273	15.020

25 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões é suficiente para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Cíveis	8.733	9.962	8.733	9.987
Trabalhistas	14.959	14.494	14.959	14.660
Tributárias	4.491	26.548	4.522	26.548
	28.183	51.004	28.214	51.195

As provisões são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

	Controladora			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2016	9.962	14.494	26.548	51.004
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	994	1.852	(21.455)	(18.609)
Provisões adicionais	4.872	2.471	3.365	10.708
Reversões por não utilização	(2.037)	(1.269)	(22.163)	(25.469)
Atualização monetária	1.099	2.408	724	4.231
Reversão de atualização monetária	(2.940)	(1.758)	(3.381)	(8.079)
Reversões por realização	(2.223)	(1.387)	(602)	(4.212)
Em 31 de dezembro de 2017	8.733	14.959	4.491	28.183

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2016	9.987	14.660	26.548	51.195
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	969	1.686	(21.424)	(18.769)
Provisões adicionais	4.872	2.471	3.396	10.739
Reversões por não utilização	(2.062)	(1.435)	(22.163)	(25.660)
Atualização monetária	1.099	2.408	724	4.231
Reversão de atualização monetária	(2.940)	(1.758)	(3.381)	(8.079)
Reversões por realização	(2.223)	(1.387)	(602)	(4.212)
Em 31 de dezembro de 2017	8.733	14.959	4.522	28.214

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 388 ações cíveis (228 ações em 31 de dezembro de 2016), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 12).

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 324 reclamações trabalhistas (319 reclamações em 31 de dezembro de 2016), movidas por ex-funcionários e terceiros. As demais ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 12).

Alteração do Critério de Correção de Débitos Trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho - TST, em decisão publicada em 07 de agosto de 2015, promoveu a alteração do índice de correção dos débitos trabalhistas, de modo a substituir a Taxa Referencial (TR) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial-IPCA-E, com efeitos retroativos a 30 de junho de 2009. A matéria foi levada ao Supremo Tribunal Federal - STF, na Reclamação nº 22012, que julgou improcedente, prevalecendo, assim, a correção dos débitos trabalhistas pelo IPCA-E. A Companhia não promoverá de imediato a majoração de suas provisões trabalhistas, aguardando nova manifestação do TST sobre o assunto. A mudança de critério impactará o saldo de provisões trabalhistas em aproximadamente R\$ 6.500.

Tributárias

a) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia impetrou mandato de segurança objetivando alterar a base de cálculo do PIS e da COFINS mediante expurgo do ICMS. A Justiça Federal de Santa Catarina pronunciou-se em sentença de mérito favoravelmente a exclusão do ICMS da base de cálculo em relevo. A mencionada decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional federal da 4ª Região. A União Federal, por intermédio da procuradoria da fazenda Nacional recorreu da decisão aos Tribunais superiores (STF e STJ).

Baseada em decisão favorável proferida pelo STF em 15 de março de 2017, em repercussão geral, nos autos do processo 5032720-26.2014.404.7200 a Companhia procedeu com a reversão do montante

provisionado, que na ocasião representava R\$ 25.544, dessa forma a Companhia entende que a chance de perda é remota. O efeito do expurgo do ICMS no resultado da Companhia foi uma economia de R\$ 9.461 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Os saldos das provisões para contingências tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC do período.

26 Ações possíveis de perda e remotas relevantes

a) Ações possíveis de perda

Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como perdas possíveis e de acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Cíveis	3.764	2.232	3.773	2.308
Trabalhistas	7.278	6.778	7.366	6.788
	11.042	9.010	11.139	9.096

b) Ação remota referente o Processo Administrativo nº 10983-721.445/2014-78

Em 08 de dezembro de 2014, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. Segundo defendem as Autoridades Fiscais, a empresa teria supostamente cometido as seguintes infrações: (a) no ano de 2009, teria supostamente: (a.1) excluído indevidamente receita tributável proveniente de benefícios fiscais; (a.2) deduzido despesas não necessárias, relacionadas a principais de débitos tributários (IPI, PIS e COFINS) que transitaram pelos resultados de exercícios anteriores; (a.3) excluído valores indedutíveis, relacionados a principal de IRPJ e de CSLL; (a.4) excluído indevidamente valores referentes a principais contidos em adições temporárias e que haviam transitado pelos resultados de exercícios anteriores; e (a.5) deduzido despesas não dedutíveis, relacionadas a multa de ofício; (b) nos anos de 2010, 2011 e 2012, teria, supostamente: (b.1) compensado prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados; e (b.2) deixado de recolher importâncias de IRPJ e CSLL apuradas por estimativa mensal, o que resultou em multa aplicada isoladamente; e (c) no ano de 2013, teria, supostamente, compensado bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados. Em 06 de janeiro de 2015, a Companhia apresentou Impugnação contra os lançamentos em comento, rechaçando todas as infrações que lhe foram imputadas, de modo que, desde essa data (06 de janeiro de 2015), encontra-se aguardando o julgamento da referida Impugnação, que segundo assessores jurídicos da PBG S.A tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, resultando no cancelamento do Auto de Infração, isto posto, a Companhia entende que a chance de perda é remota, e optou por não registrar o montante de R\$ 73.000 como passivos potenciais.

Em 07 de março de 2016 a Companhia foi cientificada da lavratura dos Autos de Infração ref. os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91 que constituíram créditos tributários referentes compensações indevidas de IRPJ e CSLL. Contudo, a companhia defendeu que esta discussão já está em curso no processo 10983-721.445/2014-78. Foi solicitado o cancelamento lançamento fiscal impugnado no montante de R\$ 19.000, devido a duplicidade por parte do fisco. Em decisão de primeira instância, as impugnações apresentadas foram procedentes, para reconhecer a duplicidade do lançamento e, por consequência, determinar a extinção

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

do crédito tributário. Atualmente, os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91 foram remetidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – Carf, para julgamento do recurso de ofício.

27 Benefícios a empregados

27.1 Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas desde 1997 patrocinam plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 29 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
Valor justo dos ativos do plano			Obrigação de benefício definido		
Em 31 de dezembro de 2016	60.290	50.355	Em 31 de dezembro de 2016	55.921	40.679
Benefícios pagos no ano	(1.463)	(2.549)	Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.141	1.076
Contribuições participante vertidas no ano	1.199	1.129	Juros sobre obrigação atuarial	5.392	4.381
Contribuições patrocinadora vertidas no ano	649	924	Benefícios pagos no ano	(1.463)	(2.549)
Rendimentos esperados dos ativos no ano	5.813	5.423	Obrigações - (ganho) ou perda	851	12.334
Ativos - ganho ou (perda)	1.112	5.008			
Em 31 de dezembro de 2017	67.600	60.290	Em 31 de dezembro de 2017	61.842	55.921

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios e da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor justo dos ativos do plano	67.600	60.290	Ganho (perda) nas obrigações atuariais	(851)	(12.334)
Valor presente das obrigações financiadas	(61.842)	(55.921)	Ganho (perda) nos ativos do plano	1.112	5.008
Ativo (passivo) atuarial líquido	5.758	4.369	Ganho (perda) atuarial	261	(7.326)

Os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”, referente resultado da gestão dos ativos são:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Custo do serviço corrente (com juros)	(1.140)	(1.076)
Juros sobre as obrigações atuariais	(5.392)	(4.381)
Rendimentos esperados dos ativos do plano	5.813	5.423
Contribuições de participantes no ano	1.199	1.129
Ganho (perda) atuarial	480	1.095

A Companhia também reconheceu em 31 de dezembro de 2017 uma receita de R\$ 649 (R\$ 924 em 31 de dezembro de 2016), referente os pagamentos efetuados pela patrocinadora no exercício, com efeito de ativo para fins do plano de benefícios aos empregados (vide nota explicativa 32).

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

Econômicas e financeiras	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Taxa anual de juros	9,64% a.a. nominal (inflação+ 4,92%a.a. real)	10,77% a.a. nominal (inflação+ 6,00%a.a. real)
Rendimentos de longo prazo dos ativos	9,64% a.a. nominal (inflação+ 4,92%a.a. real)	10,77% a.a. nominal (inflação+ 6,00%a.a. real)
Inflação de longo prazo		
Projeção de crescimento salarial	5,15% a.a. (inflação+0,62% a.a. real)	5,15% a.a. (inflação+0,62% a.a. real)
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	0,98	0,98
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98	0,98
Biométrica e demográficas		
Hipótese sobre rotatividade	21%	21%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	EXP. IAPC	EXP. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Composição familiar antes da aposentadoria	Não se aplica	Não se aplica
Composição familiar após a aposentadoria	Família real	Família real

27.2 Despesas de benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Remuneração	137.906	138.611	152.345	152.552
Benefícios				
Plano de previdência	907	1.029	922	1.030
FGTS	11.483	12.900	12.969	14.432
Outros	19.003	20.114	20.363	21.261
Total	169.299	172.654	186.599	189.275

28 Incentivo de longo prazo

Em 2012, a Companhia implementou o programa incentivo de longo prazo (ILP). O programa visa atrair, reter e reconhecer o desempenho de profissionais chaves.

São elegíveis ao ILP diretores, superintendentes e gerentes, que através de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa. Cada integrante detém uma quantidade de títulos que são chamados figurativamente de “ações referência”. Estas não são negociadas em mercado de balcão e sua “valorização” é calculada anualmente pelo desempenho do Ebitda e da relação entre Ebitda e dívida líquida.

O pagamento é previsto em três parcelas anuais com diferimento de dois anos no início do período. A liquidação será feita através de valores monetários em quantia proporcional aos ganhos apurados pelas métricas do plano.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012. Atualmente há 2 planos vigentes. O valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 1.935 na controladora e no consolidado (R\$ 7.312 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2016).

29 Patrimônio líquido

29.1 Capital social

Após as deliberações da AGO, em 28 de abril de 2017 a Companhia aumentou seu capital em R\$ 10.435, realizado inteiramente mediante capitalização de lucros, exclusivamente para capitalização da Companhia, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76. Assim, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 130.000 (R\$ 119.565 em 31 de dezembro de 2016), representado por 158.488.517 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2017 havia 72.982.224 ações em circulação, o equivalente a 46,05% do total de ações emitidas (72.849.374 em 31 de dezembro de 2016, equivalente a 45,97% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

29.2 Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta por três reservas, a reserva legal, a reserva de retenção de lucros e reserva de lucros a destinar, conforme a seguir:

A reserva legal é constituída anualmente através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da reserva legal soma o montante de R\$ 18.426 (R\$ 15.219 em 31 de dezembro de 2016) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

O montante de R\$ 95.400 refere-se a reserva de retenção de lucros, embasada no projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária em 28 de abril de 2017, conforme orçamento de capital, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

A reserva de lucros a destinar tem como objetivo demonstrar a parcela de lucros cuja destinação será deliberada pela Assembleia Geral Ordinária. Em dezembro de 2017, o saldo desta reserva soma o montante de R\$ 30.162 (R\$ 2.713 em 31 de dezembro de 2016).

29.3 Ajuste de avaliação patrimonial

	Ajustes de avaliação patrimonial			
	Custo atribuído	Ajustes acumulados de conversão	Outros resultados abrangentes	Total
Controladora e Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2016	37.060	(28.520)	(10.786)	(2.246)
Realização da reserva de reavaliação	(1.184)	-	-	(1.184)
Ganho (perda) atuarial	-	-	261	261
Variação cambial de controlada localizada no exterior	-	(1.003)	-	(1.003)
Em 31 de dezembro de 2017	35.876	(29.523)	(10.525)	(4.172)

a) Custo atribuído

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição. Foi constituído em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas por laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente. Está sendo realizado conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

b) Ajustes acumulados de conversão

A variação dos ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) oriunda da oscilação do câmbio, bem como as variações entre as taxas diárias e a taxa de fechamento das movimentações do resultado da controlada sediada no exterior estão reconhecidas nesta rubrica de ajustes acumulados de conversão. Durante o exercício de 2017, o montante foi de R\$ 1.003 (vide nota explicativa 17.a).

c) Outros resultados abrangentes

Estão contemplados nesta rubrica os ganhos e perdas patrimoniais do plano de previdência privada. Durante o exercício de 2017, a avaliação atuarial apurou um ganho de R\$ 261 (vide nota explicativa 27.1).

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

30 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado para exercício findo em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receita bruta de vendas	1.172.405	1.195.182	1.277.945	1.301.050
Deduções da receita bruta	(242.587)	(269.106)	(254.008)	(284.650)
Impostos sobre vendas	(216.792)	(236.908)	(226.509)	(250.264)
Devoluções	(25.795)	(32.198)	(27.499)	(34.386)
Receita líquida de vendas	929.818	926.076	1.023.937	1.016.400
Mercado interno	746.880	798.220	840.999	864.858
Mercado externo	182.938	127.856	182.938	151.542

31 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Custo e despesas				
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(603.886)	(649.256)	(606.917)	(653.198)
Com Vendas	(204.156)	(202.719)	(246.510)	(250.744)
Gerais e Administrativas	(35.251)	(29.839)	(35.877)	(37.155)
	(843.293)	(881.814)	(889.304)	(941.097)
Abertura das despesas por natureza				
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	326.320	348.674	316.962	341.377
Salários, encargos e benefícios a empregados	207.862	212.131	229.333	232.685
Mão de obra e serviços de terceiros	63.712	69.694	65.167	72.397
Custo das mercadorias revendidas	48.461	74.350	59.624	84.253
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	44.473	42.524	44.473	42.523
Amortização e depreciação	36.841	36.882	40.011	39.504
Outras despesas comerciais	29.447	29.173	37.539	38.791
Comissões sobre vendas	27.122	26.736	29.603	28.430
Despesas com marketing e publicidade	24.471	13.787	28.070	23.389
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	16.368	10.606	16.368	10.611
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	11.153	11.212	14.741	14.493
Outras despesas administrativas	5.463	4.282	5.751	6.120
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	1.600	6.243	1.662	6.524
Reembolso de contrato com controlada	-	(4.480)	-	-
Total	843.293	881.814	889.304	941.097

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

32 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	647	2.210	647	510
Ativo judicial Crédito-prêmio do IPI (nota 15 a)	-	673	-	673
Ativo judicial Semestralidade Pis (a)	8.735	-	8.735	-
Ativo judicial Correção cédulas de crédito rural (nota 15 c)	7.507	-	7.507	-
Reversão provisão para contingência (b)	20.247	-	20.247	-
Créditos tributários extemporâneos	1.146	14.135	1.146	14.135
Atualização atuarial (nota 27.1)	1.128	2.019	1.128	2.019
Outras receitas	1.587	43	2.546	53
Total	40.997	19.080	41.956	17.390
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências	(2.131)	(412)	(1.991)	(485)
Provisão para incentivo de longo prazo	5.377	1.396	5.377	2.023
Provisão para participação no resultado (c)	(10.191)	1.176	(10.500)	1.599
Adesão ao parcelamento da Lei 13.496 (PERT)	(3.193)	-	(3.193)	-
Revisão do saldo do empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 13)	(8.092)	(6.851)	(8.092)	(6.851)
Custo de ociosidade (d)	(8.579)	(11.070)	(8.579)	(11.070)
Outras despesas	(206)	(740)	(605)	(2.101)
Total	(27.015)	(16.501)	(27.583)	(16.885)
Total líquido	13.982	2.579	14.373	505

(a) Ativo judicial líquido de honorários (nota 15 b).

(b) Reversão da provisão para contingências referente o ICMS sobre a base de cálculo de Pis e Cofins, líquida de honorários.

(c) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício.

(d) Despesas com adequação dos equipamentos de produção com intuito de ajustar a produção a demanda do mercado Nordeste.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

33 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receitas financeiras				
Juros	8.116	19.068	8.807	19.719
Atualização de ativos	8.532	10.802	8.532	10.802
Reversão atualização de contingência (a)	6.320	-	6.320	-
Outros	1.217	465	1.233	572
Total	24.185	30.335	24.892	31.093
Despesas financeiras				
Juros	(30.375)	(38.221)	(30.423)	(38.515)
Encargos financeiros com tributos	(4.903)	(6.992)	(4.546)	(7.040)
Atualização de provisões para contingências	(2.310)	(1.445)	(2.320)	(1.450)
Comissões e taxas de serviços	(5.306)	(5.050)	(6.073)	(6.180)
Despesas bancárias	(587)	(579)	(588)	(585)
Revisão do saldo do empréstimo compulsório Eletrobrás	(11.294)	(9.562)	(11.294)	(9.562)
Reversão de ganho financeiro com Impostos	(4.730)	-	(4.730)	-
Adesão ao parcelamento da Lei 13.496 (PERT)	(672)	-	(1.074)	-
Resultado de operação de Swap	(2.697)	(15.641)	(2.699)	(15.641)
Juros sobre debêntures	(26.909)	(34.391)	(26.909)	(34.391)
Outros	(2.193)	(2.930)	(2.240)	(3.504)
Total	(91.976)	(114.811)	(92.896)	(116.868)
Variação cambial líquida				
Clientes e fornecedores	(439)	(17.056)	(429)	(17.283)
Empréstimos e financiamentos	419	21.363	419	21.363
Total	(20)	4.307	(10)	4.080
Total líquido	(67.811)	(80.169)	(68.014)	(81.695)

(a) Reversão das atualizações de provisão para contingências referente a processos de natureza cível e tributário.

34 Resultado por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	64.136	2.125
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	158.489	158.489
Lucro (prejuízo) básico por ação básico por ação	0,40467	0,01341

O lucro (prejuízo) consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores, nas controladas.

b) Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é igual ao básico, uma vez que as ações ordinárias da Companhia não possuem fatores diluidores.

35 Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos mínimos do exercício de 2017, que representam 25% do lucro da Companhia, somam R\$ 15.232. Destes R\$ 9.614 (líquido de impostos) foram pagos antecipadamente sob a forma de juros sobre capital próprio em 18 de agosto de 2017. O montante que resta a pagar aos acionistas a título de distribuição de lucros é de R\$ 5.618, cuja data de pagamento será deliberada na Assembleia Geral Ordinária.

Adicionalmente, a Administração irá propor a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 15.232, que serão deliberados na Assembleia Geral Ordinária.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Lucro líquido do exercício	64.136	2.125
Constituição da reserva legal (5%)	(3.207)	(106)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	60.929	2.019
Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	9.614	-
Dividendos mínimos obrigatórios	5.618	505
Dividendos adicionais propostos	15.232	-
Total dos dividendos anuais	30.464	505

36 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

	Em 31 de dezembro de 2017			Em 31 de dezembro de 2016		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	840.999	182.938	1.023.937	864.858	151.542	1.016.400
Custo dos produtos vendidos	(492.335)	(114.582)	(606.917)	(583.925)	(69.273)	(653.198)
Lucro operacional bruto	348.664	68.356	417.020	280.933	82.269	363.202
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(231.810)	(36.204)	(268.014)	(260.157)	(27.237)	(287.394)
Vendas, gerais e administrativas	(246.183)	(36.204)	(282.387)	(260.674)	(27.225)	(287.899)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14.373	-	14.373	517	(12)	505
Resultado operacional antes do resultado financeiro	116.854	32.152	149.006	20.776	55.032	75.808
% sobre a ROL	14%	18%	15%	2%	36%	7%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda. E exporta para 78 países, com mais destaque para os países Argentina e Paraguai.

37 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente ao Imobilizado em 31 de dezembro de 2017, somam o montante de R\$ 16.012, correspondentes a modernização dos equipamentos fabris, de acordo com o plano de investimentos da Companhia.

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se à aquisição de veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são de R\$ 965 e R\$ 820 respectivamente para menos de um ano. Para mais de um ano e menos de cinco anos são de R\$ 1.058 e R\$ 274 respectivamente.

38 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros atual é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de Dezembro de 2017 a cobertura para incêndio, raio e explosão de qualquer natureza era de R\$ 95.000, para vendaval, fumaça com impacto de veículos no valor de R\$ 3.000, lucros cessantes no valor de R\$ 35.000 e danos elétricos, tumultos e responsabilidade civil no montante de R\$ 3.600. A vigência da apólice corresponde ao período de 13 de junho de 2017 até 13 de junho de 2018.

A Companhia também possui Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (D&O), contratado com a XL Seguradora S.A, para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores, até o montante de R\$ 10.000, com vigência de 27 de agosto de 2017 até 27 de agosto de 2018.

Adicionalmente a Companhia contratou uma apólice com a Fairfax Brasil, referente a prestação de garantia na reclamação trabalhista nº 0234100-60.1998.5.05.0015 no valor de R\$ 28.000, vigente de 18 de agosto de 2016 até 18 de agosto de 2020.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

39 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

Natureza	Empresa	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	32.529	15.893
Valores a receber	Portobello Shop S.A.	127	95
Contas a receber	Portobello América, Inc.	67.728	66.727
Contas a receber	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	6	2.228
Adiantamento de clientes	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	(2.777)	-
Adiantamento a fornecedores	Mineração Portobello Ltda.	449	558
Ativos líquidos dos passivos com Controladas		<u>98.062</u>	<u>85.501</u>
Créditos com outras pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	<u>94.651</u>	<u>89.423</u>
Contas a receber líquido de adiantamento	Solução Cerâmica Com. Ltda.	(238)	442
Contas a receber líquido de adiantamento	Flooring Revest. Cer. Ltda.	(456)	(157)
Contas a pagar	Gomes Part. Societárias Ltda.	-	34
Contas a pagar	Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda	1.054	1.007
Ativos líquidos dos passivos com outras pessoas ligadas		<u>360</u>	<u>1.326</u>

Natureza	Empresa	Acumulado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receitas			
Prestação de serviços	Portobello Shop S.A.	-	7.623
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	22.984	24.698
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	10.282	9.289
Venda de produtos	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	24.094	19.475
Despesas			
Custo dos serviços prestados	Portobello Shop S.A.	-	(5.925)
Compra de produtos	Mineração Portobello Ltda.	(9.359)	(7.296)
Aluguel	Gomes Participações Societárias Ltda.	(432)	(546)
Serviços de frete	Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda	(5.407)	(1.424)
Serviço de cortes	Flooring Revest. Cer. Ltda.	(3.913)	-
		<u>38.249</u>	<u>45.894</u>

A controlada Portobello Shop é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 21).

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de duas partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Transações com controladas e empresas ligadas	Natureza	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	Natureza	Acumulado	
					31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
	Ativo			Receitas		
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	380	1.099	Royalties	4.566	6.173
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	286	253	Royalties	2.020	2.341
		666	1.352		6.586	8.514

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração pagas ao pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Remuneração fixa				
Salários	12.122	13.557	13.811	14.969
Honorários	5.522	4.816	5.522	4.816
Remuneração variável	5.092	3.909	5.449	4.313
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo			-	
Plano de previdência	739	895	749	895
Outros	1.916	2.910	2.107	3.110
	25.391	26.087	27.638	28.103

40 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício de 2017 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora	Consolidado
Aumento de capital (a)	(10.435)	(10.435)
Liquidação de AFAC controlada CBC (b)	13.976	-
Aumento de capital (b)	10.145	-
Cessão de créditos tributários diferidos (b)	3.831	-
Aquisição de imobilizado (c)	19.049	19.049

- a) Aumento de capital na atividade de financiamento, para mais detalhes vide nota explicativa 29.1;
- b) Liquidação de AFAC na atividade de investimento, para mais detalhes vide nota explicativa 17b);
- c) Aquisição de imobilizado na atividade de investimento.